

CURSO DE EXTENSÃO/ESPECIALIZAÇÃO  
ENERGIA E SOCIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

**Os Interesses Capitalistas nos Negócios da Energia Elétrica em Minas Gerais**  
**Quem Paga Essa Conta?**

**Joceli Jaison José Andrioli**

**Introdução**

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a forma como está organizado o mercado da energia elétrica em Minas Gerais, identificando como se deu o processo de construção de uma lógica de vários ambientes de lucro que perpassa todo o mercado do setor elétrico, a partir principalmente do seu processo de privatização. Para tanto, esta pesquisa foca sobre a CEMIG, de maneira a compreender como uma empresa estatal se encontra a serviço do lucro para beneficiários privados, assim como a função da empresa, no estado de Minas Gerais, em relação ao modelo econômico produtivo e sua vanguarda, a indústria eletro-intensiva.

Outro ponto de análise se dará sobre os que pagam a conta do atual modelo energético, para isso a análise será sobre a relação da Cemig com os atingidos pelas barragens, os trabalhadores da empresa e a população de Minas Gerais, que paga uma das tarifas de energia elétrica mais cara do mundo e, inclusive, os que são atingidos por não terem acesso à energia. Por último, os desafios atuais dos atingidos para a unidade, organização e luta, visando à emancipação dos trabalhadores através do enfrentamento de um inimigo comum e a capacidade de construção de um projeto alternativo, no campo energético produtivo e popular.

**1. Os negócios da energia elétrica em MG a serviço de que e de quem?**

**A criação e organização do setor elétrico em MG**

O estado de Minas Gerais, como seu próprio nome sugere, é possuidor de uma diversidade de minas dos mais diferentes tipos de minerais, em grande quantidade e qualidade e que, portanto, determinou a forma como se organizou a economia, desde os tempos passados, ainda com a exploração do ouro, sob a ótica da exploração dos bens naturais pela lógica dos interesses estrangeiros.

Lógica essa da rapinagem dos bens naturais e de sua exportação como matérias primas, através da exploração da força de trabalho, da degradação ambiental e desde sempre do uso e abuso dos instrumentos do Estado para impor seus interesses.

Dentro desse contexto, foram construídas em MG as condições de infra-estrutura para atender principalmente a demanda das mineradoras e siderurgias. Assim, em 22 de maio de 1952, foi criada a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), pelo então governador Juscelino Kubitschek, para garantir o abastecimento energia elétrica com objetivo de dar suporte a um amplo programa de modernização, diversificação e expansão do parque industrial no Estado. O papel histórico da Cemig sempre foi garantir infra-estrutura ao setor dominante.

Nessa época, iniciava no Brasil a chamada fase do nacional-desenvolvimentismo como mostra um dos pensamentos de JK *“Creio que avançaremos cada vez mais para atingirmos nossa independência econômica, produzindo sempre melhor, fundando a nossa industrialização sobre as riquezas naturais que Deus colocou em nosso território.”* (Memorial JK). No entanto, esses ideais foram conduzidos pela lógica da nova reorganização econômica mundial do pós-guerra, a qual impôs o predomínio hegemônico dos interesses do capital estrangeiro, que, se manteve e posteriormente aprofundou a dependência externa do país.

*O que importa, nesta altura, é examinar o novo modelo colonial, quando o antigo da divisão internacional do trabalho e da distribuição da renda internacional se esgotou. O capitalismo mundializado passou a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais.* (MACHADO, 1999, p. 01)

Um fato que confirma a relação do surgimento da Cemig com os interesses do capital estrangeiro em Minas Gerais foi o lançamento em 31 de maio de 1952, em Belo Horizonte, da pedra fundamental da companhia siderúrgica Mannesmann, empresa alemã, que foi inaugurada dois anos mais tarde, com a presença Presidente da República Vargas e do Governador de Minas Gerais Kubitschek.

É notável, desde o princípio, a relação entre empresa de energia e o negócio da mineração, uma vez que as mineradoras e siderurgias passam a tomar conta de praticamente todas as regiões do estado, além de manter politicamente no governo pessoas de sua confiança. Por isso que economia e política em Minas Gerais, assim como em todos os lugares, estão intimamente ligadas.

Para a população, desde o início, a propaganda era o desenvolvimento, a geração de postos de trabalho, emprego, o acesso à energia elétrica e seu conforto, ou seja, o discurso do progresso. Portanto, a criação da Cemig foi muito aplaudida por grande parte dos mineiros, que inclusive contribuíram individualmente com dinheiro para que o sonho de construção da empresa estatal e pública viesse a se tornar realidade.

*“A Cemig no seu objetivo inicial tinha como sua função buscar o investimento no desenvolvimento do estado, gerar empregos, construir usinas, expandir a produção”,* (Entrevista, Wiliam Vagner Moreira direto, Sindieletro-MG).

## **O processo de privatização, uma estatal com fins privados em MG.**

Na década de 1990, com a onda neoliberal da privatização, chega também, a partir do governo Azeredo 1997, a vez da Cemig. No entanto, as dificuldades de privatizar a empresa foram muitas, pois havia uma grande comoção popular e forte mobilização social contrárias aos planos dos governos privatistas, o sindicato de eletricitários reagiu, assim como outros setores sociais, com ações na Assembléia Legislativa do estado de Minas Gerais, e isso resultou na permanência da Cemig estatal.

Além destas, outra razão que influenciou na não-privatização da Cemig, pelo menos aos moldes mais tradicionais de privatização, foi a resistência do Ex-Presidente Itamar Franco e Governador de MG (1999-2003) no período que sucedeu Azeredo, conforme podemos verificar nessa reportagem da época que segue.

*O governador de Minas, Itamar Franco (PMDB), disse ontem que a Cemig só será privatizada se "o governo federal usar tropas federais". "Vamos lutar não apenas contra a privatização da Cemig, mas juntar forças contra a privatização do sistema energético brasileiro, a começar por Furnas", afirmou o ex-presidente. (Folha de São Paulo em 10/04/1999).*

No entanto 33% das ações foram vendidas para Southern Eletric<sup>1</sup>, um grupo estrangeiro que tem ligação com a empresa americana AES.

Assim como todo o processo de financiamento das privatizações no Brasil, em Minas Gerais também não foi diferente, pois quem financiou a compra de parte da Cemig pela Southern Eletric foi o dinheiro público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em uma grande operação financeira vantajosa para a empresa estrangeira.

Portanto, como o governo Azeredo só conseguiu fazer a privatização de parte da Cemig, começou uma privatização por dentro da empresa, ou seja, um processo de entrega da Cemig para acionistas privados e a realização de processos de parcerias públicas privadas, realizando um processo de fragmentação da empresa fazendo dela várias unidades de lucro.

*No âmbito do Estado, suas estruturas ligadas a produção da eletricidade são mobilizadas e ampliadas para, de um lado, avançar e dar conta da criação e implantação de uma nova ordem institucional segundo a concepção de mercado, e, do outro lado, articular a retirada do estado da produção. Desse modo, a concepção privada de gestão instala-se no interior das empresas estatais e estas passam a ser organizadas como unidades independentes voltadas exclusivamente ao aumento da produtividade do trabalho. A política internalizada no estado é de que a produção é campo da iniciativa privada – como o governo havia assumido perante o acordo com Fundo Monetário Internacional –, assim, todos os investimentos que contrariam esta premissa são suspensos, a exemplo, das 23 obras de hidrelétricas paralisadas no ano de 1995. (GONÇALVES, 2007, p. 15).*

---

<sup>1</sup> Southern Electric Brasil Participações Ltda, como é chamada, é de propriedade da Cayman Energy Traders (92%) com sede nas ilhas Cayman, esta por sua vez é controlada pela Southern Eletric, pela AES (65%) dos Estados Unidos, e pelo Banco Opportunity.

Então, praticamente junto com a privatização, começou o processo das chamadas PPPs - Parcerias Públicas Privada, e uma das medidas no Brasil para impor esse processo foram às restrições impostas pelo financiamento público às empresas estatais. Dessa forma, para poder participar de empreendimentos, a estatal deveria estar participando de um consórcio como sócia minoritária.

É, dessa forma, que mesmo a empresa sendo legalmente estatal sua lógica toda passa a ser do investimento privado. Assim, ela vai cada vez mais perdendo seu caráter social pela visão da menor despesa possível para poder gerar o maior lucro possível aos novos donos, acionistas privados e também aos seus parceiros de negócios privados.

Hoje, a Cemig é um grupo de 49 empresas, 10 consórcios, têm sua atuação em 15 estados brasileiros e no Chile, em todos os segmentos da energia elétrica, geração, transmissão, distribuição e comercialização, assim como na exploração e distribuição de gás natural e telecomunicações.<sup>2</sup> Segundo a ANEEL a Cemig é a 7ª maior empresa geradora de eletricidade, com uma capacidade instalada superior a 6.700 MW, que representa 6,3% do total nacional.

A participação da Cemig estatal é minoritária em vários consórcios, a empresa entra com o conhecimento, com a operação de todos os sistemas, mas o investimento é privado, e mesmo que o financiamento continue público, o lucro passa a ter proprietários e por isso a lógica de mercado prevalece para que a empresa gere ao máximo de dividendos, ou seja, lucro.

### **Os ambientes de lucro no mercado do setor elétrico**

O objetivo dos capitalistas quando se instalam em uma região é um só: extrair o máximo de lucro. Para isso, precisam apropriar-se das riquezas naturais mais vantajosas, estratégicas e explorar a força de trabalho dos trabalhadores.

Na sociedade capitalista, tudo vira mercadoria e essa lógica busca tirar vantagens ao máximo possível e criar vários ambientes para que se estabeleça o lucro. Pode-se dizer que por trás do negócio da energia elétrica existem vários outros ambientes de lucro que se estabelecem em toda a cadeia produtiva do setor, e que, portanto também os interessados no negócio criam formas de organização que se relacionam politicamente para a defesa de seus interesses principais, que é o lucro, sem correr riscos.

A Cemig tem se transformado em uma empresa muito lucrativa nesse último período, pois sua lógica esta totalmente voltada a isso. Também em torno dos negócios da Cemig, várias outras empresas, principalmente privadas, têm acumulado lucro. Tudo isso graças à nova forma de organização do setor elétrico.

Então para melhor análise de como se dá as unidades de lucro, será dividida em partes o negócio da energia elétrica, que são:

---

<sup>2</sup> Em anexo, figura 01, o organograma das empresas e dos consórcios do grupo CEMIG.

## A construção das hidrelétricas

A disputa pelos potenciais hidráulicos, por ser a fonte de energia mais competitiva, garantindo lucros extraordinários, tem se acirrado cada vez mais no Brasil, pois com a crise capitalista mundial, a busca de locais onde a taxa de retorno de capital é maior, é o sonho de todos os capitalistas. Então, os potenciais hídricos energéticos são um dos mais disputados, por gerar mais lucros suplementares e também pela energia adquirir uma importância cada vez mais relevante no cenário mundial.

Segundo o Programa de Geração Hidrelétrica de Minas Gerais (PGHMG), o Potencial identificado no Estado é de 45 grandes barragens (AHEs<sup>3</sup>) e 335 pequenas centrais hidroelétricas - PCHs<sup>4</sup> totalizando um potencial de 7.691 mil MW, o que significa mais de 115 % do atual potencial instalado da Cemig. Esses estão divididos nas regiões expostas no quadro abaixo:



Fonte: SEDE, 2007.

Percebe-se que as barragens, tanto as grandes quanto as pequenas, têm se tornado um dos ambientes de venda de mercadorias bastante disputados, pois aqui são vários os interessados na indústria das barragens, entre eles estão: empresas que ganham dinheiro para vender como mercadoria os estudos de impactos sociais e ambientais, empresas de planejamento e engenharia, empresas empreiteiras que exploram os trabalhadores nas construções das obras civis, bancos que se associam e financiam, empresas que vendem equipamentos como: insumos, turbinas, transformadores, fios, cimento, etc.

No entanto, a partir principalmente da privatização, com a nova organização do setor elétrico na lógica do mercado, um dos importantes ambientes de lucro passou a ser o da geração e transmissão de energia.

<sup>3</sup> AHEs, são barramentos para aproveitamento hidrelétricos superiores a 30 MW, são as chamadas grandes barragens.

<sup>4</sup> PCH são consideradas empreendimentos hidrelétricos com potencia superior a 1 MW ou igual ou menor que 30 MW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3 quilômetros quadrados (ANEEL artigo 2º, Nº 394/1998).

A Cemig, atualmente, possui na geração 63 usinas sendo elas: 58 Hidroelétricas, 4 termoelétricas e 1 eólica com uma capacidade instalada de 6.678 MW.

Conforme tabela a seguir, é notável a significativa contribuição do ambiente de geração e transmissão nos lucros da Cemig, o qual significou em 2008 um lucro líquido de 986 milhões de reais, equivalente a 52,25% do montante do lucro líquido total de R\$ 1.887 milhões. O lucro da geração e transmissão da Cemig em 2008 significou um rendimento de 234 milhões de reais (31,1 %) a mais em relação ao ano de 2007.

	2008	%	2007	%
CEMIG - Controladora	(189)	(10,02)	(175)	(10,04)
Cemig Distribuição S.A.	709	37,57	774	44,41
Cemig Geração e Transmissão S.A.	986	52,25	752	43,14
Gasmig	47	2,49	46	2,64
Rio Minas Energia (Light)	129	6,84	148	8,49
Outras	205	10,86	198	11,36
<b>Lucro Líquido Consolidado</b>	<b>1.887</b>	<b>100,00</b>	<b>1.743</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Cemig

Quando se observa os acionistas que passaram a compor os consórcios para construção de hidroelétricas, em Minas Gerais, junto com a Cemig estão: VALE, CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, CMM - Companhia Mineira de Metais (Votorantin), MMV - Mineração Morro Velho, COTEMINAS - Companhia de Tecidos Norte de Minas Gerais. Todas essas empresas são eletrointensivas, ou seja, empresas que utilizam muita energia elétrica para o processo produtivo e que como donos de parte da geração de energia, passaram a ganhar dinheiro com o que seria seu insumo de produção, a energia. Além desses, também identifica-se empresas de energia que passaram a se associar com a Cemig como a Neo-Energia (Espanha), a CEB - Companhia Elétrica de Brasília e FURNAS.

Também ao analisar os planos de expansão de geração de energia da Cemig, percebe-se que ela tem firmado parcerias em estudos de inventários e potenciais hidroelétricos junto com as empresas como a Neoenergia (Espanha), EDP (Portugal), Duke (EUA), Chesf – Companhia Hidro Elétrica São Francisco, Concremat (privado) e Andrade Gutierrez (privado). Essas parcerias apontam claramente uma aliança cada vez maior com o capital privado nacional e internacional nas disputas dos potenciais hidroelétricos em Minas Gerais, ou seja, nos negócios lucrativos da geração de energia.

Outro negócio que tem despertado a atenção das empresas que controlam a energia hídrica é o mercado dos créditos de carbono. Pelo fato da energia oriunda de fonte hidroelétrica ser considerada limpa e renovável ela também tem habilitação para ser geradora da nova mercadoria

chamada crédito de carbono e que hoje o Brasil já possui 8% do mercado mundial de crédito de carbono.

A forma de estimular o negócio dos créditos de carbono pelo governo tem sido através do BNDES, que financiam até em 90% os projetos como PCHs por exemplo. Com o potencial em Minas Gerais de 335 PCHs, as empresas não têm dúvidas de como isso é um grande negócio e, além disso, são justificados na opinião pública como ambientalmente corretos.

As empresas donas das barragens passaram a utilizar práticas cada vez mais elaboradas para garantirem que seus projetos sejam construídos de forma rápida, com o mínimo de custos e sem nenhum atrapalho social e ambiental. Entre as práticas utilizadas, destacam-se as seguintes:

Para evitar problemas com as licenças ambientais, as empresas buscam formar parcerias com universidades e centros de pesquisas para legitimar os estudos de impactos ambientais, e em contrapartida liberam bolsas de estudos a estudantes empenhados. Realizam também muitas palestras em escolas das regiões a serem “beneficiadas”, sobre como cuidar da natureza, pôr lixo no lixo. Orientam a população a participarem das audiências públicas sob o argumento de que lá tudo se esclarece, afinal, os empreendedores falarão muito e se não esclarecerem tudo é só fazer perguntas por escrito que as respostas estarão garantidas. Essas formas têm se tornado meras formalidades, por se fazerem de democráticas, transparentes e preocupadas com o meio ambiente, uma vez que o único objetivo é garantir as licenças ambientais.

Outra prática utilizada é a busca por um bom financiamento junto ao BNDES, com juros baixos e de longo prazo para o pagamento e para garantia de capital inicial um aporte da empresa estatal no investimento. Para que essa parte seja ainda mais lucrativa, as empresas têm aumentando as cifras do projeto financeiro da obra com o objetivo de desembolsarem o mínimo possível de recursos financeiros próprios.

Resta então, saber trabalhar com os “entraves ao desenvolvimento”, àqueles que poderão tumultuar na hora que devem ceder a sua cota de sacrifício para benefício de toda a sociedade, ou seja, os atingidos. Então, para não ter problemas, as empresas buscam garantir alguns recursos para aumentar a segurança, fazem doações de veículos novos para instituições responsáveis pela segurança pública, realizam reformas em delegacias, entre outras. Também como forma de não sujarem sua imagem perante a sociedade as empresas criam outra identidade jurídica, que assumem a tarefa de realizar as indenizações.

As orientações são de que as indenizações sejam feitas individualmente, evitando assim a criação de vínculo organizativo entre os atingidos. Também será incentivada a formação de associações jurídicas compostas por pessoas indicadas pelas empresas para representarem os atingidos. E se no processo de indenização ficar gente para trás sem ser indenizada a responsabilidade não será do consórcio e sim da empresa criada, ficando assim a preservada a



imagem do consórcio. No limite, todos são iguais perante a lei e se tiver algum problema é só procurar a justiça.

Mas o importante é que a sociedade e, principalmente, a região do empreendimento não tenham dúvidas sobre as intenções das empresas, então para isso elas garantem também boletins escritos e programas semanais, ou até diários, em rádios ou TVs da região para a exaltação da vinda do progresso, da geração de empregos, do desenvolvimento e dos potenciais turísticos a serem implantados na região.

Dessa forma, tudo tende a “sair perfeito”, então é chamar os políticos que se empenharam para que o projeto fosse realizado, distribuir camisetas e bonés com o nome do consórcio e fazer uma linda inauguração, fechando com “chave de água”, que afinal de contas é doce, limpa, renovável e não deve desperdiçar-se em sal no mar sem que antes gere muita energia para o progresso da nação.

Daí então que faz sentido o questionamento de para onde foram os 986 milhões de reais de lucro líquido na geração e transmissão da Cemig no ano de 2008? E de quanto foi o lucro das empresas, que nos últimos anos passaram a serem majoritárias, dos consórcios de geração de energia?

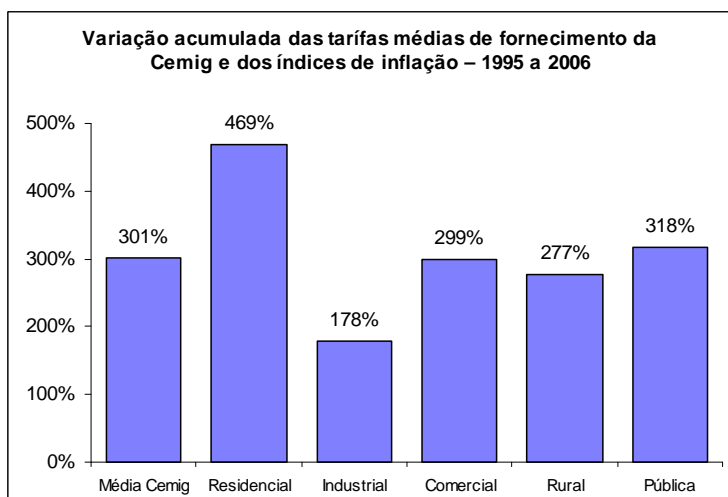
### **Energia como uma mercadoria**

Principalmente a partir do processo de privatização do setor elétrico, a energia passou a ser a principal mercadoria a serviço do lucro e é por esse motivo que a tarifa residencial da Cemig não parou de subir a partir dos anos 90.

*Em 1993, a lei 8.631<sup>i</sup>, de 4 de março de 1993, coloca fim ao modelo de preço baseado no custo de serviço nacional da eletricidade, delegando a cada empresa a apresentação de sua proposta de preço a partir das regras estabelecidas no Decreto número 774<sup>ii</sup>, de 18 de março de 1993. Este decreto, reafirmando o princípio da eletricidade como mercadoria, estabeleceu que a proposta de preço devesse estar pautada em elementos ligados aos custos característicos de cada uma das empresas distribuidoras. (GONÇALVES, 2007, p. 30)*

Segundo dados do Sindieletró – MG, a tarifa residencial da Cemig aumentou no período de 1995 a 2006 em 469% conforme tabela a seguir:





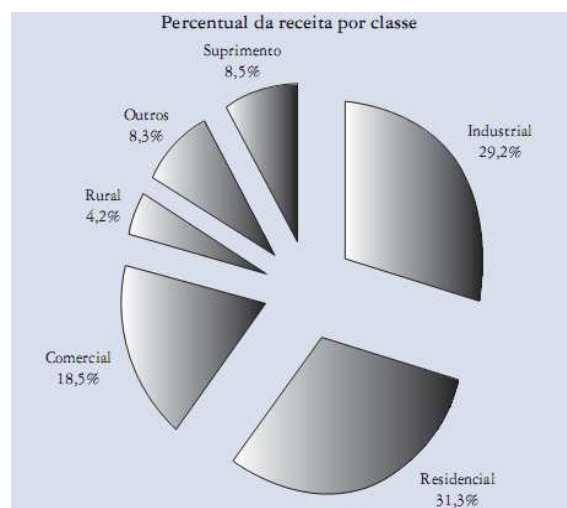
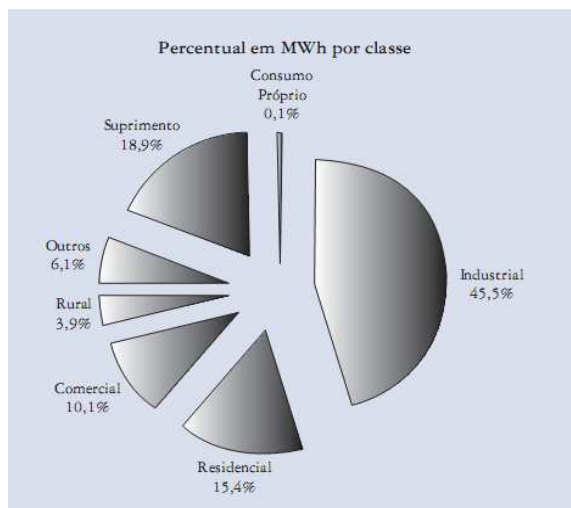
Fonte: Sindieletro MG

É importante compreender que, na cobrança das tarifas, é quando se realiza o todo da mercadoria energia, desde o processo de construção das hidroelétricas, geração, transmissão, distribuição, comercialização e impostos. Tudo estará contabilizado nas tarifas, inclusive e principalmente o lucro das empresas.

No entanto, a parte que aparece para fazer a intermediação entre os consumidores e a empresa é o setor de distribuição da Cemig, o qual acumulou em 2008 um montante de R\$ 709 milhões de lucro líquido, se tornado o segundo mais lucrativo ambiente da empresa, no referido ano.

A partir da privatização do setor elétrico brasileiro, foram organizados dois ambientes de venda de energia diferenciando, duas categorias de consumidores, os consumidores livres e os cativos. Os consumidores livres são formados pelas grandes empresas consumidoras de energia, aqueles que consomem acima de 3 MW/h. Os cativos são formados pelos pequenos consumidores, que é composto por pequenas e médias indústrias, setor comercial, rural, público e o setor residencial, esse último, é atualmente o que paga a tarifa de energia mais cara.

A tarifa residencial é a aplicada às residências das famílias, ou seja, é a que atinge praticamente toda a população diretamente em suas casas e tem sua cobrança realizada mensalmente. Essa população, para a empresa, é o melhor mercado consumidor, porque usando muito menos energia que o setor industrial contribui muito mais na composição da receita da Cemig. Os dois gráficos a seguir demonstram a quantidade de energia gasta por setor e de onde vem a composição de receita da CEMIG usando como referência o ano de 2008.



Fonte: Cemig

Vê-se, claramente, que o setor residencial foi responsável por apenas 15,4% de toda a energia consumida no ano de 2008 e significou 31,3% da composição da receita da Cemig, ou seja, rendeu R\$ 590,6 milhões em relação ao lucro líquido. Enquanto isso, o setor industrial foi responsável por 45,5% da energia consumida, praticamente metade dela, contribuiu com 29,2 % da receita, ou seja, R\$ 551 milhões de lucro líquido. Mostra-se claramente que os lucros que irão para os acionistas privados são expropriados dos consumidores residenciais mineiros.

Outra questão que tem contribuído para o aumento abusivo na tarifa de energia dos mineiros tem sido a cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo responsável por 42,86% da conta de energia, mesmo que a alíquota seja de 30%. Isso se dá pelo fato dos cálculos serem feitos de forma invertida, sendo cobrado sobre o valor total da conta, o que aumenta a soma final.

Conforme a tabela abaixo, percebe-se o quanto os outros estados cobram de ICMS para o consumo residencial de 170 KWh. Também nota-se que o povo mineiro paga o imposto mais caro do Brasil.

Estado	Alíquota	Valor Real *
MG	30%	42,86%
ES	25%	33,33%
RJ	19%	23,46%
DF	12%	13,64%
SP	12%	13,64%

Fonte: ABRADDEE

(\*) Devido à forma de aplicação, que toma por base o valor total da conta

Enquanto a população mineira tem os impostos mais caros do Brasil, a qualidade dos serviços tem piorado e muito, seja pelo abandono das regiões consideradas menos lucrativas, pelo corte de trabalhadores como forma de aumentar os lucros da empresa ou pela falta de investimentos. Inclusive,

muitos pequenos agricultores têm perdido a produção, principalmente do leite, pelas constantes quedas de energia em várias regiões de Minas Gerais.

### **Energia como bem de produção**

Vê-se acima que a energia tem se transformado em uma mercadoria a serviço do lucro e que na hora de sua venda ela tem consumidores diferenciados, ou seja, tem os consumidores cativos, que são os que pagam a tarifa mais cara e tem os consumidores livres que pagam preços praticamente ao custo da geração e que atualmente seu consumo significa quase 30 % de toda a energia consumida no Brasil.

O Estado de Minas Gerais, do ponto de vista econômico, está totalmente dependente das empresas eletrointensivas que são exportadoras principalmente, do setor da mineração, siderurgia e papel celulose, uma vez que são elas que compõem grande parte do PIB (Produto Interno Bruto) e, portanto, as influências delas sobre o setor elétrico são visíveis. E durante o período de crise, percebe-se que esse setor foi responsável pela grave queda da economia mineira.

*O desempenho negativo da indústria foi influenciado pela retração de 25,4%, no terceiro trimestre do ano, da extração de minerais no estado. Toda a indústria de transformação sofreu com uma queda de 14,9%, performance que revela a grande dependência das exportações, observa o pesquisador Pedro Henrique da Silva Castro, coordenador de contas regionais da FJP (Fundação João Pinheiro). (Jornal Estado de Minas – Economia, 17/12/2009).*

Vê-se no período da crise que o atual modelo econômico produtivo de Minas Gerais é extremamente frágil por depender das exportações. Um outro elemento que não se pode deixar de citar aqui é que as exportações são isentas pela Lei Kandir<sup>5</sup> de pagamento de impostos e isso torna o modelo ainda mais inviável para o estado e a população, no entanto, muito mais lucrativo às empresas.

O importante é perceber que essas empresas eletrointensivas se apropriam da energia como fator de aumento da produtividade do trabalho dos trabalhadores, sendo isso um dos motivos essenciais para a garantia dos lucros das empresas.

A hidroeletricidade tem em relação à termoeletricidade um ganho extraordinário, pois conforme Gonçalves, *do ponto de vista da produção, é por causa da eletricidade produzida a partir dos potenciais hidráulicos ter valor menor que a eletricidade produzida a partir de combustíveis fósseis. A unidade de eletricidade produzida da transformação dos recursos naturais hidráulicos, requer menor quantidade de meios de produção e de horas de força de trabalho, do que a*

---

<sup>5</sup> Lei complementar nº 87, que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços – ICMS. A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Seu autor foi o deputado Antônio Kandir – PSDB – SP.

*produção de uma unidade de eletricidade de recursos naturais fósseis. Isto significa maior produtividade do trabalho para a produção da eletricidade nas instalações hidrelétricas* (GONÇALVES, 2007, p. 50)

É com esse bem que as grandes empresas em Minas Gerais contam, que internalizado em seus processos produtivos como um bem de produção rende vantagens extraordinárias em relação a outras empresas que tem seus processos produtivos dependentes da energia proveniente da termoeletricidade.

A Cemig tem realizado contratos com os chamados consumidores livres, garantindo assim os interesses das empresas, como por exemplo, o contrato com a Votorantim em 2008, considerado o maior contrato de fornecimento de energia já realizado por um consumidor livre no país. No valor de R\$ 10,5 bilhões, o acordo prevê um fornecimento de 670 megawatts (MW) médios até 2028, para viabilizar um grande projeto de expansão anunciado pelo Grupo, com investimentos estimados de 2008 a 2012 na ordem de R\$ 25,7 bilhões.

Entre 2008 e 2012, os investimentos da empresa no setor industrial brasileiro estão estimados em R\$ 25,7 bilhões. *"Esse contrato mostra que, pelo mercado livre, é possível garantir a expansão do setor elétrico e, como consequência, o crescimento da economia nacional"*, afirmou o diretor comercial da Cemig, Bernardo Alvarenga. (DCI - Diário do Comércio Indústria Serviço, 18/04/2008).

A grande quantidade de projetos em andamento pelo Grupo Votorantim demanda cerca de 4% de toda a energia elétrica produzida no país e o contrato feito com a Cemig de 670 MW, significa mais de 10% da atual capacidade instalada de 6.678 MW da Cemig.

Os contratos com os consumidores livres são a prova do uso da face estatal de empresas como a Cemig para a garantia dos grandes negócios de grupos privados, em consequência da exploração das grandes massas da população de Minas Gerais através de uma das tarifas de energia mais caras do mundo. Para exemplificar, enquanto a Votorantim irá pagar R\$ 90,00/ MW<sup>6</sup> de energia, num contrato de 20 anos com a Cemig, o setor residencial de Minas Gerais paga em torno de R\$ 648,10/ MW<sup>7</sup> de energia.

Em seguida, será focado sobre o significado desse uso da energia por consumidores livres. Uma das primeiras questões a ser refletida deve ser por que os consumidores livres pagam bem menos pela energia que os cativos? As justificativas do setor elétrico geram em torno do custo de produção da energia até chegar aos consumidores livres, os quais não teriam principalmente o processo de distribuição e, portanto isso diminuiria o preço. Outros atribuem simplesmente a culpa

---

<sup>6</sup> Chega-se ao valor de R\$ 90,00 a partir da soma dos dados do contrato divulgado na imprensa.

<sup>7</sup> Em anexo, figura 02, uma conta residencial de Belo Horizonte para exemplificar. O resultado leva em conta o total do valor da conta, descontados a multa e juros por atraso, dividido pelos 201 kw consumidos no mês, multiplicados por mil para chegar ao valor do MW.

sobre o processo de regulamentação feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que privilegia esse setor.

Talvez para chegar a uma resposta mais próxima dos motivos reais dessa diferença entre cativos e livres, tem-se que analisar quem são os consumidores livres, qual o poder que exercem hoje no Brasil e sua relação com o setor elétrico.

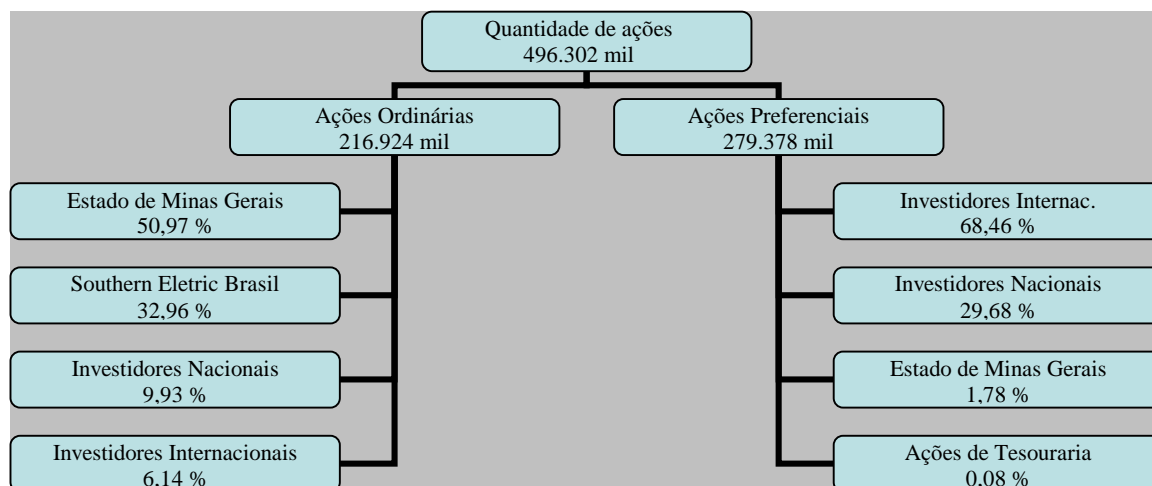
Em Minas Gerais, percebe-se que o setor dos consumidores livres está intimamente vinculado a lógica política e econômica do estado. Por exemplo, o caso de que nas últimas duas eleições a governador do estado, nota-se que o então candidato e atual governador Aécio Neves, teve entre os principais doadores para sua campanha as empresas eletrointensivas.

Em 2002, Açominas R\$ 700 mil, Navegação Vale do Rio Doce R\$ 600 mil e Companhia Brasileira de Alumínio R\$ 500 mil. Em 2006, Urucum Mineração S.A R\$ 1 milhão, IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia R\$ 900 mil, IBAR ADM e Participações Ltda R\$ 540 mil, Arainvest Participações S/A R\$ 500 mil, V&M do Brasil S/A R\$ 400 mil, Gerdau Açominas S/A R\$ 400 mil, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração R\$ 350 mil e vários outros doadores. Essa tem sido a forma das grandes empresas manterem a sua influência e o seu poder sobre o poder político do estado.

Portanto, o financiamento de campanha eleitoral em Minas Gerais evidencia a troca de favores entre as empresas que pagam quase nada pelo uso da energia e os rumos determinados por quem é eleito através de campanhas milionárias e por esse motivo que os chamados consumidores livres ficam cada vez mais livres para ditarem as regras e lucrarem cada vez mais.

### A empresa Cemig como negócio

Um dos feitos do processo de privatização foi à venda das empresas em forma de ações. O capital social da companhia, em 31 de dezembro de 2008, totalizou R\$ 2.482 milhões conforme composição a seguir demonstra.



Fonte: Relatório Financeiro CEMIG

A partir da distribuição das ações expostas acima percebe-se claramente que o capital privado internacional é o grande beneficiado com as ações preferenciais (preferenciais são as ações com direito ao lucro da empresa) da Cemig. Segundo dados do relatório financeiro da empresa, as negociações das ações preferenciais chegaram a um montante de R\$ 15,4 bilhões em 2008, numa média diária de 62 milhões de reais.

Tudo isso graças às políticas do governo Aécio Neves que determinaram a partir de 2004 a mudança do estatuto social da Cemig, alterando os critérios de distribuição de dividendos, elevando o montante mínimo distribuído de 25% para 50% do lucro.

No entanto, nos últimos anos, a Cemig tem distribuído aos seus dividendos muito mais do que metade de seus lucros. Em 2005, a Cemig distribuiu mais dividendos do que seu lucro, a distribuição foi de R\$ 2 bilhões e 70 milhões, quando seu lucro foi de R\$ 2 bilhões e 3 milhões. Conforme gráfico abaixo, percebe-se como no período do governo Aécio Neves vão ser aumentados os dividendos pagos pela Cemig.



Fonte: Cemig

Elaboração: Sindieletrô MG

Fica então evidente que a Cemig virou a grande unidade de negócio das empresas privadas internacionais, enquanto suas ações são negociadas nas bolsas de valores internacionais seus clientes cativos sofrem com uma das tarifas de energia mais cara do mundo.

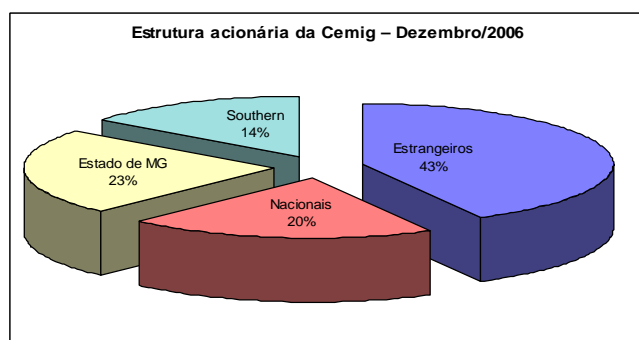
A Cemig tem recebido prêmios internacionais que a reconhecem enquanto potência mundial na área de energia e também na parte de gestão empresarial, o que garante criação de valor aos seus acionistas, sendo que pela 9ª vez consecutiva foi incluída no índice Dow Jones, única empresa do setor elétrico da América Latina a ter alcançado esse índice.

Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, a sustentabilidade ambiental passou a fazer parte das responsabilidades sociais das empresas, no entanto, isso tem ficado só no papel, no discurso e na propaganda enganosa nos meios de comunicação. Prova disso é uma evidente contradição constante no relatório financeiro da Cemig, 2008, quando na página 22 cita o recebimento do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, pela Usina Hidrelétrica Nova Ponte, justificado pelo trabalho desenvolvido com o meio ambiente e com as comunidades, no entanto, na página 57 no que se refere às contingências

judiciais, no item viii, referente as reclamações ambientais, perceberemos que a mesma usina é questionada judicialmente por dano ambiental.

*Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$ 941.020.000,00 A companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.(Cemig,R.F. 2008,p. 57).*

Percebe-se que atualmente para uma empresa gerar um lucro cada vez maior ela deve usar cada vez mais o “ambientalmente” e o “socialmente”, correta. Atenta a essa demanda, a Cemig, assim como outras empresas que não são ambiental e socialmente corretas, investem grandes somas de recursos em ações que identifiquem a melhor maneira de praticar sua responsabilidade social, como meio de projetar e difundir uma imagem positiva de respeito à comunidade e ao meio ambiente, visando com isso garantir o reconhecimento da sociedade. Outra imagem que a Cemig difunde em Minas Gerais é a de ser uma empresa pública estatal, no entanto como demonstra o gráfico abaixo, de pública e estatal ela tem muito pouco.



Fonte: Sindieletro MG

Nota-se que do total de suas ações apenas 23% são do Estado de Minas Gerais, sendo que o restante das 77% é privado e a maioria estrangeira. Isso explica como a empresa esta organizada para atender a nova lógica pós-privatização: ser uma empresa que gere lucro para empresas e acionistas privados, ou seja, a empresa Cemig tem se tornado um grande e lucrativo negócio.

## **2. Quem paga essa conta?**

Para garantir o lucro em índices mais altos possíveis, no menor tempo, com o menor risco e por muitos anos, as empresas elaboram uma estratégia de dominação sobre toda região (ou território) em que vão instalar seus planos. Como tende a ser uma relação na qual o interesse central é o lucro, e quem o deseja possui a garantia do poder político, econômico, ideológico e militar do Estado a seu favor na relação com os atingidos pelas obras, que por sua vez são considerados entraves ao desenvolvimento e contabilizados como custos a serem eliminados.



Outra característica a ser considerada, é referente à estrutura legal e organizativa da indústria elétrica é o consumidor cativo, ou seja, são prisioneiros, obrigados a uma relação comercial infinita de compra de uma mercadoria extremamente útil e desejada para a satisfação das necessidades dos dias atuais. Além disso, uma mercadoria que é vendida sob o pretexto da escassez tendo então o seu preço inquestionável.

Assim como em quase todo o território brasileiro, em Minas Gerais, também os atingidos pela Cemig têm enfrentado, na maioria das vezes de forma submissa e inquestionável, essa relação de exploração e esmagamento ditada pelo setor elétrico, mas que também está carregada de contradições e de possibilidades de questionamentos, enfrentamentos, conquistas e resistências. Isso é possível perceber nas fileiras e marchas que já acontecem em vários lugares do território mineiro. A seguir, apontam-se alguns dos principais atingidos em Minas Gerais:

### **Os atingidos pelas barragens e obras.**

A questão social e ambiental tem sido tratada como diminuição de custos, por isso que as obras têm deixado um contingente massivo de atingidos empobrecidos pela forma como são tratados pelas empresas do setor elétrico e em Minas Gerais em especial pela Cemig.

No Brasil, de cada 100 atingidos 70 não recebem nenhum tipo de indenização, e em Minas Gerais não é diferente, uma vez que se presenciam várias situações onde as empresas não reconhecem as famílias como atingidas e essas perdem seus locais de produção e acabam aumentando o número de favelados.

Uma das estratégias encontradas pelas empresas para indenizar o mínimo possível tem sido a individualização do tratamento, buscando negociar caso a caso para que a população não se organize e lute pelos seus direitos. Também a cooptação de lideranças tem sido utilizada pelas empresas para que não se constitua organização nas comunidades atingidas.

Os impactos culturais, emocionais e mentais na população atingida são monstruosos. Na Barragem de Aimorés, construída pela Cemig e Vale, há relatos de inúmeros casos de violações de direitos humanos. Numa das cidades atingidas, Itueta, verifica-se que vários idosos se encontram acamados pelo impacto emocional e nas farmácias da cidade o que mais se encontra são fraldas para adultos, demonstrando claramente o que foi a política de tratamento desumano com essa população.

O uso da violência policial e judicial através das desapropriações forçadas, despejos e do processo de criminalização das organizações de atingidos tem sido constantes em Minas Gerais e isso tem causado inúmeros conflitos entre atingidos e empresas.

Nas fotografias a seguir, verifica-se o caso da Barragem de Candonga, no Município de Rio Doce, onde houve um despejo forçado das famílias atingidas, a polícia foi utilizada para tirar à força

as famílias de suas casas, as quais foram derrubadas e os móveis colocados em caminhões e levados para outros locais, sem as mínimas condições de sobrevivência das famílias.

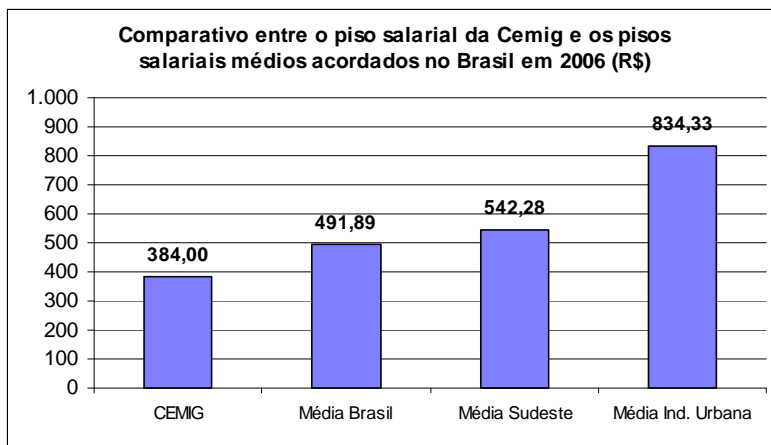


E é assim que as famílias atingidas pagam a conta pelo atual modelo de construção de Hidrelétricas em Minas Gerais, pagam através de suas vidas, que são desrespeitadas, violentadas e ignoradas, como se o ser humano não existisse.

### **Os trabalhadores das empresas**

Em todo o Brasil, presencia-se a retirada dos direitos dos trabalhadores em prol do lucro cada vez maior das empresas, em Minas Gerais também não é diferente, tanto os empregados da Cemig quanto os operários que constroem as obras, têm vivido situações calamitosas em relação ao tratamento por parte das empresas.

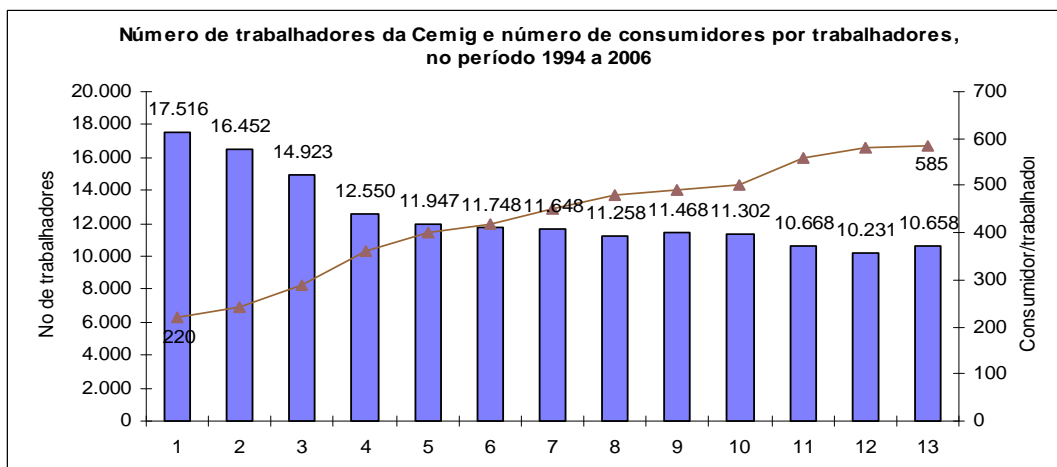
Os baixos salários têm sido uma das formas de exploração mais utilizada em Minas Gerais, como pode ser observado na tabela abaixo a relação entre o piso salarial da Cemig e os pisos salariais médios acordados no Brasil no ano de 2006.



Fonte: DIEESE

Enquanto um trabalhador da Cemig recebeu em média R\$ 384,00, a média do mesmo ano na indústria urbana foi de R\$ 834,33, ou seja, mais que o dobro da média da Cemig. Isso demonstra como os trabalhadores têm sido explorados pela empresa e como é possível conseguir os significativos lucros da Cemig nos últimos anos.

Mas não é só isso, o desemprego e o aumento da intensidade de trabalho também têm sido utilizados pela Cemig. Conforme gráfico abaixo, nota-se a relação do número de trabalhadores e o número de consumidores.



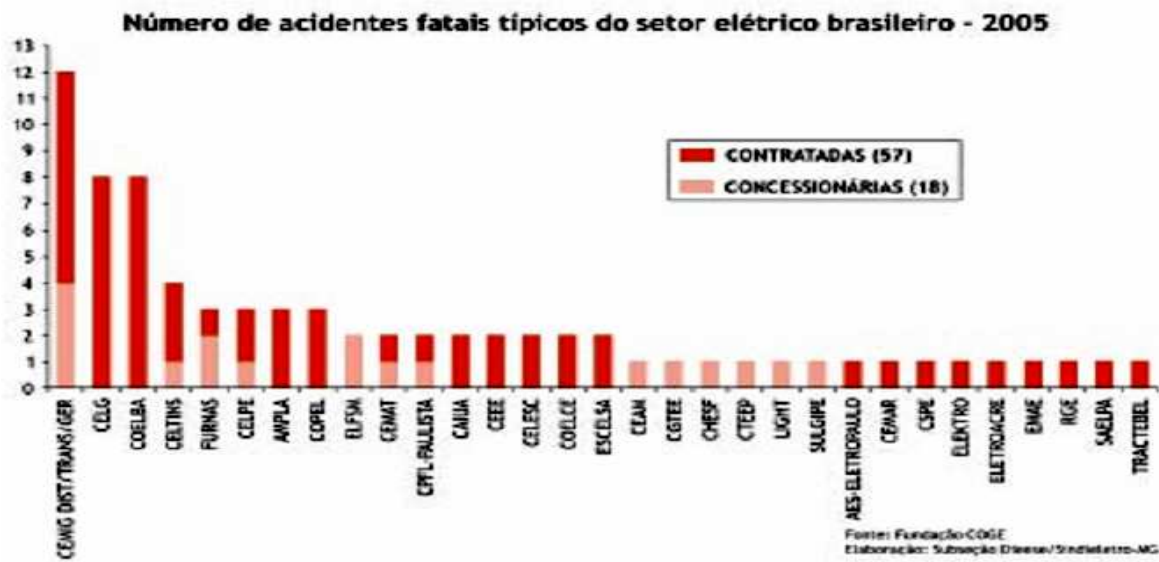
Fonte: Cemig

Enquanto em 1994 o número de trabalhadores da Cemig era de 17.516 o número de consumidor na época por trabalhador era de 220, hoje o número de trabalhadores caiu para 10.658 e o número de consumidores aumentou para 585 por trabalhador. Isso demonstra a intensidade do trabalho a que são submetidos os trabalhadores da Cemig.

Se não bastasse a intensidade do trabalho, outra questão de bastante gravidade que tem ocorrido é a terceirização dos trabalhadores. A Cemig tem contratado inúmeras empresas terceirizadas para a realização de trabalhos que antes eram de trabalhadores contratados pela empresa e isso tem trazido graves problemas, inclusive o aumento do número de mortes no setor, de 1999 quando a terceirização foi implementada na Cemig até junho de 2007, 68 trabalhadores

perderam suas vidas, dentre as vítimas 20 eram do quadro próprio da empresa e 48 eram trabalhadores de empreiteiras.

Segundo gráfico a seguir, indica que a Cemig é campeã em acidentes graves e fatais no setor elétrico brasileiro.



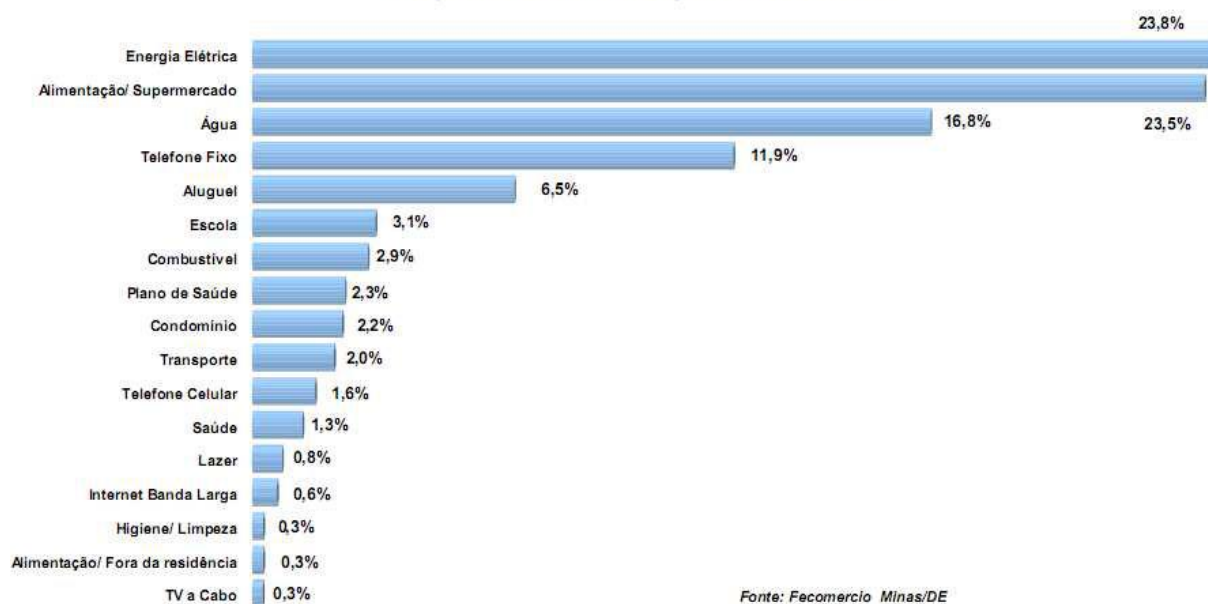
É visível o descaso com a vida dos trabalhadores pela empresa Cemig, no entanto é a mesma empresa que ganha prêmios internacionais e que a cada ano acumula mais lucros. Porém ela não resolve a verdadeira causa responsável pela morte dos trabalhadores, que é a ganância e o lucro, ou seja, os trabalhadores do setor elétrico mineiro têm pagado a conta inclusive com suas vidas.

**A população que paga uma das tarifas de energia elétrica mais cara do mundo**

Outro público também tem pago uma conta cara para que a Cemig cumpra seu papel de empresa lucrativa, esses são os consumidores cativos, que são na sua grande maioria a população pobre de Minas Gerais.

Muitas pessoas têm deixado de comprar alimentos, medicamentos e até de vestir melhor para poder pagar a tarifa da Cemig para continuar tendo o direito de ter energia em sua casa. No entanto inúmeras famílias já se encontram com sua energia cortada por falta de condições de pagar e outras continuam com energia, mas através de ligações irregulares, são os chamados “gatos” que colocam a população em risco, pois esse tipo de situação é bastante insegura.

### Despesas Correntes X Orçamento Doméstico



Ao observar o gráfico acima, percebe-se que o peso da energia no orçamento doméstico em Belo Horizonte, em maio de 2009, conforme pesquisa de opinião, é o maior da lista. Isso tem trazido conseqüências às famílias, como o desligamento de aparelhos domésticos, abdicando dessa forma do conforto que a energia trás a vida das pessoas, ou seja, a energia como mercadoria não cumpre o seu papel, a sua função social na sociedade, pelo contrário vira um peso a ser carregado mensalmente.

No entanto, nota-se que esse preço não é para todos, pois as grandes empresas têm se beneficiado de um preço baixíssimo na tarifa, como no caso da Votorantim que paga R\$ 9,00 por 100 KW num contrato de 20 anos, enquanto a população de Minas Gerais paga R\$ 64,61 por 100 KW. Isso demonstra de que são os consumidores cativos os que pagam a conta em Minas Gerais.

A população de Minas Gerais também tem sido prejudicada pela queda na qualidade de energia, o que tem levado a perda de produção e também causado prejuízos com a queima de eletrodomésticos, tudo isso provocado pela falta de investimento e reparos nas redes de energia.

Além do preço da energia ser cara e a qualidade cada vez pior, outro problema é o acesso à energia. Em Minas Gerais, 600 mil pessoas ainda não têm luz, um exemplo é o Município de Piranga que fica a 150 km de Belo Horizonte e possui 18 mil habitantes e 20% da população ainda não tem luz, sendo que dentre os sem luz os camponeses são o maior número em todo o estado.

É possível afirmar que as famílias sem luz, as com acesso de má qualidade, as que estão com “gatos” e as que pagam uma tarifa abusiva, são todas essas que também pagaram à conta e garantiram em 2008 os R\$ 1,887 bilhão de lucro líquido da Cemig.

### Conclusão



Para a Cemig chegar a ser a empresa lucrativa que é hoje, perpassada pelos interesses do capital internacional, a serviço de uma lógica produtiva ditada por grandes empresas eletrointensivas, do setor minério-exportador, alguém com certeza estará pagando essa conta. No entanto, essa conta de custo elevadíssimo só poderá ser mantida por uma relação de poder que permite o controle total dos que pagam. Para manter a lógica de poder sobre os que pagam a conta às empresas do negócio da eletricidade em Minas Gerais tem se utilizado de inúmeros instrumentos do Estado em seu favor.

É por esses motivos expostos acima, que se torna extremamente necessária à análise dos fatos, das relações e dos instrumentos utilizados como forma de manter o “*status quo*”, mas que interpretados, decifrados por parte dos que sofrem podem vir a ser utilizados como instrumentos para alteração do estado atual das coisas e em benefício dos trabalhadores.

No entanto, é importante mostrar para a sociedade quem de fato paga a conta, assim como perceber que é nessa população explorada que está à possibilidade da mudança do estado atual das coisas, porém, para que isso ocorra é importante percebermos que somos os mesmos e temos uma identidade comum: os atingidos pelas barragens, os trabalhadores explorados pela Cemig, a população mineira que paga uma das tarifas de energia mais cara do mundo e as milhares de famílias que nem sequer têm energia em suas casas, todos são atingidos.

A compreensão da lógica de dominação e exploração a partir de como esta organizada a produção, distribuição e uso da energia em Minas Gerais, e a serviço de que interesses, se faz urgente e necessária por parte dos atingidos por barragens, dos trabalhadores do setor de energia e da sociedade de forma geral, como forma de perceberem um inimigo comum a todos e que sendo visto e enfrentado de forma unitária será derrotado, pois mesmo que seu cheiro e arrogância exalem poder, os atingidos e explorados se o enfrentarem organizados serão muito mais fortes.

Por esse motivo, o momento atual exige aos que pretendem não mais serem explorados e aniquilados, desafios a serem compreendidos e enfrentados para uma construção de força sólida (organização) capaz de responder com atitudes necessárias e colocadas em prática nos dias atuais, para o bem de todos.

Além de organização a compreensão do ponto central de disputa desse momento histórico, de crise do capital, que faz das bases naturais vantajosas<sup>8</sup> de nosso território, meios de obter excedentes econômicos, através do aumento da produtividade do trabalho dos trabalhadores controlado por empresas capitalistas e por sua vez, o aumento da exploração. Esses são elementos

---

<sup>8</sup> Bases naturais, aqui entendidas como nossos bens naturais, terras, rios, água, minérios, sol, vento, biodiversidade, petróleo, biodiversidade e outras. Vantajosas no sentido de que aqui no Brasil esses bens possuem vantagens competitivas em relação a outros países, por esse já terem esgotado seu bens naturais e também pela quantidade disponível em cada local.

determinantes do atual ringue da disputa inter-capitalista e da atual divisão internacional do trabalho. Portanto, reivindicar a nossa soberania mineraria, energética e de nossos bens naturais, como um todo, estão nos marcos da luta anti-imperialista e da luta de classes em nossos dias.

Outro ponto fundamental de ser compreendido e disputado é a lógica de como o capital se organiza para a conquista de seus lucros através do uso do Estado, pois, sem a disputa pelos instrumentos de poder, não será possível o desmonte das relações de dominação e exploração. São esses instrumentos que sob controle dos trabalhadores possibilitarão a emancipação política, ideológica e organizativa dos mesmos. Mas para isso as organizações deverão vencer o fator corporativo, que na atualidade, tem sido motivo de divisão e de fracasso. A tarefa é a construção de unidade na luta contra o inimigo comum, com uma plataforma comum e assim construindo forças para que essa disputa possa ser vencida e os trabalhadores conquistarem sua emancipação.

Também se coloca na ordem do dia, como um desafio central aos trabalhadores, a elaboração e construção de um projeto popular para o Brasil. No campo da energia um projeto energético popular que leve em conta o papel dos bens energéticos e seu uso sustentável para garantir as condições de reprodução social da existência de toda a sociedade, com qualidade e em equilíbrio com nosso meio ambiente.

Um projeto energético popular articulado ao projeto de sociedade não significa ter uma receita, um livro escrito, ou um protocolo de boas intenções. Significa sim, um processo onde a partir da luta, organização e consciência dos trabalhadores se vá implementando objetivamente na sociedade uma nova racionalidade e prática em relação à existência humana e sua forma de se relacionar para se reproduzir com qualidade, entre si e com o planeta.

Vivemos um momento de contradições reais entre a lógica predadora, implementada pelo atual modelo capitalista, que em si já destrói multidões de seres humanos, os quais, vivem em plena marginalidade e até em situação de barbárie como violência, fome, drogas, sem moradia e enumeráveis outras. Mas contradições também em relação ao planeta pois catástrofes ambientais já ocorrem por clara e provada ação humana resultante das relações capitalistas, as quais, são insustentáveis, injustas e irracionais do ponto de vista da vida.

Também não são meramente as escolhas tecnológicas as responsáveis por termos ou não um ambiente de convívio ser entre ser com e ser e planeta, a ênfase esta nas opções políticas estruturastes da sociedade de classes e seus interesses. Temos por exemplo presenciado o que por muitos, de boas intenções, foram vistas como alternativas ao atual modelo energético, serem plenamente apropriadas pela lógica do sistema capitalista, caso por exemplo da matriz alternativa da eólica, solar, biomassa entre outras, as quais, sendo utilizadas na lógica da mercadoria, trazem, do ponto de vista geral, as mesmas conseqüências do qualquer outra.



Com isso não estaremos recuando no debate e na luta por matrizes alternativas de energia menos impactantes e nem menosprezando a importância das tecnologias, estamos sim colocando a questão do modelo energético como algo resultante das relações estabelecidas na sociedade atual, ou seja, a energia tanto na sua produção, como no seu uso final, são determinados pelas relações capitalistas de produção e de consumo, essa lógica é que reproduz a desigualdade social e ambiental. E se isso não for enfrentado para que se estabeleça uma mudança estrutural, tanto de ordem social, como produtiva não estaremos alcançando as condições necessárias para que se concretize o projeto energético popular.

Por fim, nos compete à missão de sermos os sujeitos da gestação da nova sociedade e como tarefa primeira o legado de multiplicarmos-nos, ou seja, nossa tarefa é a disputa das pessoas e para isso, em primeiro lugar, é preciso acreditar no ser humano e acreditar no ser humano é criar todas as condições para que as pessoas possam compreender as contradições da atual realidade e nela agirem coletivamente para que o mundo novo se construa.

### **Referências bibliográficas**

- CEMIG, 23º Balanço Energético do Estado de Minas Gerais, BEEMG, 2008.  
Cartilha da Assembléia Popular, O preço da luz é um roubo, 2008.  
Demonstrações Financeiras, Grupo Cemig, Relatório de Administração, 2008.  
GONÇALVES, Dorival Junior, “Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle dos Excedentes”, São Paulo, 2007.  
MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre impactos sociais e ambientais de barragens, 2005.  
MAB - Hidrelétricas no Rio Madeira: Energia pra que e para quem? Dezembro, 2008.  
MAB, A crise do Modelo energético, construir um outro Modelo é possível, caderno 06, 2003.  
MACHADO, Luiz Toledo em, A teoria da dependência na América Latina, São Paulo, 1999.  
Relatório da Comissão federal dos direitos Humanos, Aimorés MG, Abril de 2008.  
SEDE, SAMAD, Avaliação Ambiental Estratégica, Programa de Geração de Energia Helétrica, MG, 2007-2027.  
SEDE, Perfil da Economia Mineral do Estado de Minas Gerais- 2001 a 2005.  
Sindieletro- MG, DES, Balanço Social da CEMIG, 2007.  
[www.sindieletromg.org.br](http://www.sindieletromg.org.br), 13/02/2010  
[www.sede.mg.gov.br](http://www.sede.mg.gov.br), 12/02/2010  
[www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), 13/02/2010  
[www.fecomerciomg.org.br](http://www.fecomerciomg.org.br), 11/03/2010  
[www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br), 23/02/2010.  
[www.scielo.br](http://www.scielo.br), 13/02/2010  
[www.asclaras.org.br](http://www.asclaras.org.br), 16/02/2010  
[www.memorialjk.com.br](http://www.memorialjk.com.br) 12/02/2010  
[www.energiahoje.com](http://www.energiahoje.com) , 12/02/2010  
[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br) , 11/02/2010  
[www.cemig.gov.br](http://www.cemig.gov.br) , 13/02/2010.  
[www.fjp.gov.br](http://www.fjp.gov.br) , 12/02/2010

### **ANEXOS**

# EMPRESAS E CONSÓRCIOS DO GRUPO CEMIG

## CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

Posição em dezembro 2008

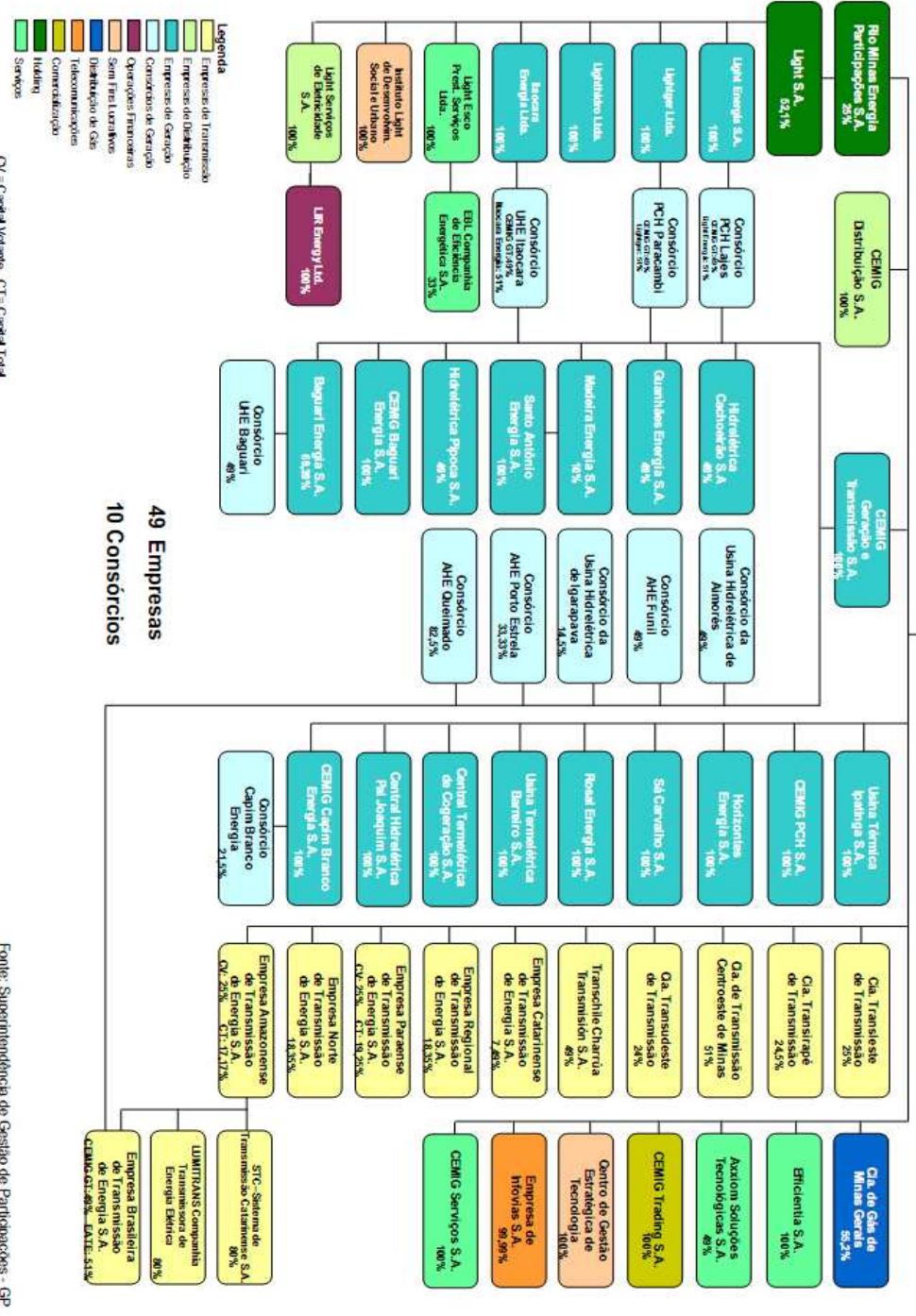


Figura 02

MARIA MARCIANO DA SILVA  
RUA MIOSOTIS 1 CX 1  
PEDRO I  
31230-180 BELO HORIZONTE, MG  
CPF 745.378.906-06

Referente a  
**JUL/2009**  
Código de Débito Automático:  
**000010475234**

Nº DO CLIENTE  
**7004666506**

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 002017680 - PTA Nº16.000114527.70

<b>Classificação</b> Residência Monofásico	<b>Medição</b> AAK537010365	<b>Datas de Leitura</b> ANULADA ANUAL PERMANENTE 08/06 08/07 10/08			<b>Datas da Nota Fiscal</b> EMISSÃO PRESENTAÇÃO 11/07 16/07		<b>Nº DA INSTALAÇÃO</b> <b>3001047523</b>
--	--------------------------------	--	--	--	---	--	--

<b>Tipo de Medição</b> Energia	<b>Leitura Anterior</b> 7.385	<b>Informações Técnicas</b> <b>Leitura Atual</b> 7.586		<b>Constante de Multiplicação</b> 1	<b>Consumo kWh</b> 201
-----------------------------------	----------------------------------	--	--	--	---------------------------

**Informações Gerais**  
Tanta vigente conforme Res. Aneel nº 297, de 07/04/09.  
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.  
Falta de acesso a medição - faturado por média - favor regularizar.

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	201	0,5887248	118,34
Encargos / Cobrança			
Contrib. Custo Ilum. Pública			11,93
Multa 2% conta de 06/2009 sobre R\$ 99,84			2,00
Juros mora 1%an: 5 dia(s) sobre R\$99,84			0,17

**Indicadores de Qualidade de Fornecimento**  
BHTE - AG. VENDA NOVA  
Região: DC-RO - BELO HORIZONTE  
Mês: 06/2009 DIC FIC DWIC Consideradas  
Aprovado 0,00 0,00 0,00 as interrupções  
Permitido 22,00 14,00 11,00 acima de 3 Min.  
Tensão: Nominal = 220/127 V Min. = 201/116 V Max. = 231/133 V

**Informações de Faturamento**

Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	24,66	20,84	Enc. Serviços	6,86	5,80
Multas e Juros	40,63	34,50	Taxas	42,66	36,06
Impostos	5,33	2,51	Total	118,34	100,00

**VENCIMENTO**  
**17/08/2009**

**VALOR A PAGAR**  
**R\$ 132,44**

**Histórico do Consumo**

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dia de Faturamento
JUL/09	201	6,70	30
JUN/09	203	6,77	30
MAI/09	169	5,29	32
ABR/09	142	4,90	29
MAR/09	215	7,17	30
FEV/09	113	3,77	30
JAN/09	99	3,19	31
DEZ/08	193	6,39	28
NOV/08	226	6,83	33
OUT/08	184	6,13	30
SET/08	146	4,71	31
AGO/08	130	4,33	30
JUL/08	201	6,70	30

Reservado ao Fisco  
**65F0.7CFE.5ECD.2D06.97FE.FD34.B157.E242**

Base de cálculo (R\$)	ICMS Alíquota (%)	Valor (R\$)
118,34	30	35,50

**PASEP (R\$)**  
1,28

**COFINS (R\$)**  
5,88

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares. Ouvidoria CEMIG: (31) 3506.3838

<sup>i</sup> **LEI Nº 8.631**, de 4 de Março de 1993; Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências. Fonte: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/lei19938631.pdf>

<sup>ii</sup> **DECRETO Nº 774**, de 18 de Março de 1993, regulamenta a Lei nº 8.631 que dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida. Fonte: <http://www.aneel.gov.br/cedoc/bdec1993774.pdf>